

A Constituinte

A guerra do regimento: mais 500 emendas.

Fernando Henrique aceita dar poderes à Constituinte para emendas parciais à atual Constituição. O PFL e o PDS se unem para impedir.

A diminuição do quórum para funcionamento das sessões e questão de ordem e para pedidos de informação, a possibilidade aberta pelo regimento interno para a Constituinte emendar a atual Constituição e uma alteração profunda nos objetivos da Comissão de Sistematização são os três assuntos principais das emendas apresentadas, ontem, para alterar o polêmico substitutivo do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ao regimento interno da Assembléia. Apesar do pouco tempo — das 21 horas de domingo às 15 horas de ontem — o número de emendas foi surpreendente, ultrapassando 500 propostas nas duas sessões realizadas ontem.

Hoje, está prevista apenas a sessão ordinária, que não conta para efeito de votação do regimento interno. Enquanto isso, o relator estará preparando novo substitutivo, que se espera seja apresentado amanhã. Serão então convocadas sessões extraordinárias para o final da tarde e à noite, para se encerrar a discussão. Em seguida, a matéria estará pronta para ser votada. Já há, porém, um grupo de constituintes, principalmente dos pequenos partidos, que pretende deixar a matéria para depois do Carnaval. Se a votação não ocorrer até o final da tarde de quinta-feira, terá de ficar mesmo para depois. Grande parte dos constituintes já está com passagem marcada para viajar no final da tarde ou à noite de quinta-feira.

Fernando Henrique Cardoso, no entanto, disse que se for mais fácil apresentará um novo substitutivo às novas emendas, aproveitando a estrutura do parecer anterior entregue sábado aos contribuintes. Admitiu, porém, que se houver acordo dos líderes ele poderá apresentar um parecer apenas sobre as emendas. É intenção dele, também, colocar o substitutivo para o voto hoje à noite, embora a Mesa da Constituinte já tenha informado que deverá ser convocada para amanhã, a partir das 9 horas, uma sessão extraordinária com esse objetivo.

Agitação

Apesar do prazo para apresentação de emendas ter se estendido até ontem, os protestos continuaram. O líder do PDS, Amaral Neto, por exemplo, considerou "demagógico" o dispositivo que permite a apresentação de emendas subscritas por 30 mil pessoas. "Quem vai conferir as assinaturas? Vamos ter aqui na Mesa um cartório de reconhecimento de firmas?", indagou, acrescentando que tal emenda é coisa dos "xiitas", com o objetivo "de fazer agitação".

Para o senador-constituinte Jamil Haddad, líder da bancada do PSB (com dois integrantes) diante de alguns dispositivos relativos à liderança, "os líderes de partidos com menos de 15 membros estão casados".

Com mais de 15 integrantes existem, apenas, as bancadas do PMDB, PFL, PDS, PTB, PT e PDT. Com menos de 15, estão o PCB, PSB, PL, PDC, PC do B e PMB. Para Haddad, "o PMDB de Ulysses Guimarães quer colocar uma camisa-de-força nos líderes dos partidos menores, investindo contra a tradição parlamentar".



Fernando Henrique, com Passarinho e Delfim: em busca de apoio entre as lideranças de outros partidos.

Um pouco tenso, mas achando as críticas "normais", Fernando Henrique defendeu ontem a Comissão de Sistematização. Ele considera que ela "não é uma supercomissão, como está sendo vista: o objetivo dela é harmonizar os projetos recebidos". Sobre a possibilidade desta comissão tratar, no capítulo das "disposições transitórias" de duração do mandato do presidente, o relator comentou: "Vamos deixar de ver chifres em cabeça de cavalo: o presidente Sarney é do PMDB e o PMDB não vai prejudicá-lo".

A posição de Fernando Henrique sobre a possibilidade de "projeto de decisão" — por ele criado — ser utilizado para alterar a atual Constituição, disse que sua intenção não é propriamente essa: "A intenção é clara e refere-se à sustentação de qualquer medida que possa atingir a Constituinte na sua soberania". Ele concordou que poderá retirar do substitutivo a expressão, colocada por Ulysses Guimarães, de que irá para o arquivo "projeto de decisão" que tenha sido rejeitado pela Comissão de Sistematização.

Soberania

Uma grande parte das emendas apresentadas ontem refere-se à soberania da Constituinte: o próprio PFL, que brigou e pressionou por mais prazo para as emendas no final de semana, só apresentou duas ontem, e ainda assim distantes no objetivo. Uma propõe a revogação do artigo que cria a figura do "projeto de decisão", enquanto a outra dispõe sobre limitações para a apresentação desse tipo de projeto.

Assim, segundo desejo do PFL, os "projetos de decisão" destinam-se "a salvaguardar a Assembléia Nacional Constituinte, face à superveniência de fato novo, concreto, notório e de natureza grave que impeça seu funcionamento" (da Assembléia Constituinte). Já o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), de linha mais moderada, pretende a supressão pura e simples da inovação proposta por Fernando Henrique Cardoso.

O PT, através do deputado José Genoíno (SP), alterou completamente a intenção do relator, reduzindo o número mínimo necessário para apoiar o projeto de decisão de um terço (187 constituintes) para apenas 35 constituintes, dando um prazo de apenas

cinco dias para deliberação pela Comissão de Sistematização e colocando recurso para o plenário da decisão da comissão.

Como está no substitutivo, o projeto de decisão visa proteger a soberania da Constituinte de medidas contidas na atual Constituição, como a decretação das medidas e Estado de Emergência e o Estado de Sítio no período de reunião da Assembléia. O substitutivo exigia dois terços e previa o arquivamento — para impedir apresentação de emendas alterando, sem necessidade, a atual Constituição — no caso de rejeição da proposta pela Comissão de Sistematização, onde, possivelmente, a maioria será da Aliança Democrática.

Sistematização

Todas as emendas que chegaram a ser conhecidas ontem e que tratam da Comissão de Sistematização procuram retirar dela, justamente, os seus imensos poderes, tentando limitá-la na função de conciliação entre propostas conflitantes, para, depois, submeter à deliberação do plenário da Assembléia os dois pontos divergentes. Em nenhuma emenda se dá a possibilidade, prevista pelo relator, de a Comissão de Sistematização tomar a decisão final superando a soberania do plenário.

O líder Amaral Neto, por exemplo, apresentou emenda na qual suprime uma das funções da Comissão de Sistematização, de tratar das normas gerais, disposições transitórias e finais.

Outras emendas procuram evitar que caiba à Comissão de Sistematização o poder de julgar o mérito das propostas, entendendo que essa comissão tem uma função puramente formal e normativa, devendo receber apenas as decisões das comissões constitucionais técnicas e dar-lhes a revisão adequada (por isso, no anteprojeto inicial, o nome da Comissão de Sistematização era comissão de redação).

Quorum

Surgiram numerosas propostas querendo a redução do quórum que o relator havia previsto para 10% ou 56 constituintes (para funcionamento da sessão e votação em destaque) e de um sexto ou 94 constituintes (para requerimentos de informação); e para 20, 30 ou, no máximo, 35 constituintes, para permitir oportunidade aos pequenos partidos, que se uniriam para fazer verificações.

Ainda na sessão de ontem à tarde, os líderes do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, e na Câmara, Amaral Neto, apresentaram emendas propondo — Passarinho — a supressão da parte histórica (os dois primeiros parágrafos) do preâmbulo do regimento interno — no qual Fernando Henrique Cardoso fala das diretas-já e da eleição de Tancredo e Sarney — e Amaral Neto propondo a revogação completa do preâmbulo.

Enquanto isso, os líderes do PT, do PCB, do PDT manifestavam opiniões indicando que o recuo das esquerdas e do grupo "pró-soberania", permitindo novas emendas ao substitutivo, levariam a um apronfundamento das divergências internas nas bancadas majoritárias do PMDB.

Jornal da Constituinte

Maciel não tem pressa: nova Carta só em 88.

Ao contrário do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que quer escrever a nova Carta em seis meses, o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, defende um prazo mais longo, podendo mesmo chegar a mais de um ano, como ocorreu na Constituição de 1934, para que nesse prazo possa apresentar um trabalho "mais bem elaborado". Como exemplo de "documento maduro", o ministro Maciel citou o regimento interno da Constituinte, que na sua opinião está-se desenvolvendo "muito bem", apesar de terem surgido algumas dificuldades. "É importante lembrar que o regimento é uma peça decisiva e que vai servir de base na elaboração da nova Constituição. Não podemos, a pretexto da pressa, fazer um regimento que não sirva aos objetivos do País, por isso acho que ele deve ser mais discutido." O ministro não quis, entretanto, opinar sobre a posição dos "xiitas" do PMDB, com apoio de partidos pequenos, de incluir no regimento a soberania efetiva da Assembléia Constituinte. Contra essa tese está o PFL, partido do ministro, mas ele considera o assunto "de âmbito interno" da Constituinte, não se manifestando para evitar "intromissões". O ministro conversou muito ontem sobre Constituinte durante tarde de autógrafos que promoveu no comitê de Imprensa do Palácio do Planalto para lançar seu livro "Educação e Liberalismo", sobre sua experiência como ministro da Educação. O livro traça um perfil do problema e das metas do governo.

ob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos." Estas palavras deverão ser proferidas pelo presidente da Constituinte sempre que iniciar os trabalhos em plenário. A proposta foi feita pelo deputado Lúcio Alcântara Machado (PFL-CE), e acabou sendo acolhida pelo relator Fernando Henrique Cardoso, tido como ateu nas campanhas eleitorais de 85 e 86, em São Paulo.

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, e o presidente do partido, Paiva Muniz, estiveram ontem com o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, negociando a nomeação do deputado mais votado de Roraima, do PTB, Otomar Souza Pinto, para o governo do Território. Mas nessa fase de entendimentos para integrar o PTB à Aliança Democrática, o partido também está pleiteando um ou mais ministérios. Gastone Righi não quis adiantar quais os ministérios do interesse do partido, mas disse já ter nomes para ocupar os cargos. O ex-ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, e o ex-consultor geral da República, Clovis Ramallete, são alguns de-

les. Além do especialista em assuntos relacionados ao consumo de drogas, José Elias Murad.

A partir de hoje os deputados federais terão prioridade na reserva de passagens aéreas entre Brasília e seus Estados. A decisão foi tomada numa reunião entre a Secretaria da Câmara Federal e representantes da Vasp, Transbrasil e Varig-Cruzeiro.

O deputado estadual eleito Abdo Hadade (PDS) enviou, ontem, telegrama ao deputado Ulysses Guimarães, apoiando a idéia de inserir no regimento interno da Constituinte um dispositivo estabelecendo que serão apreciadas pelos constituintes as propostas constitucionais aceitas pela maioria dos membros dos Legislativos estaduais. Segundo Abdo Hadade, a iniciativa se justifica pelo fato de as Assembléias Legislativas sentirem mais de perto os problemas vividos pela população dos Estados, além do que seria de toda conveniência a valorização da representação popular.

